



# **AMEFRICANIDADES NA CONSTRUÇÃO DO PRETOGUÊS ACADÊMICO: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE DOCENTES NEGRAS E NEGROS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Amanda da Silva MOREIRA (Graduanda em Secretariado Executivo Trilíngue/UEM)

amand.moreira@outlook.com

Josiane Silva de OLIVEIRA 2 (Programa de Pós-graduação em Administração/UEM)

jsoliveira3@uem.br

GT 15: RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO

**Trabalho completo**

## **Resumo**

Objetivamos nesta pesquisa discutir como a raça influencia na trajetória acadêmica de docentes negras e negros em universidades públicas brasileiras. A base teórica é fundamentada no feminismo negro brasileiro. A pesquisa qualitativa foi realizada com sete docentes negras e negros que atuam em universidades públicas no país e as análises dos materiais produzidos foram sistematizadas a partir da técnica interpretativa. Os resultados da pesquisa indicam que as principais linguagens aprendidas pelas e pelos participantes da pesquisa em suas trajetórias acadêmicas foram a do racismo, da resistência racial e do poder adquirido através do domínio da linguagem cultural do campo científico.

Palavras-chave: Docentes negras e negros. Trajetória acadêmica. Universidades públicas brasileiras.

## **1 Introdução**

Os debates sobre relações raciais no Brasil têm avançado no sentido de compreender como estas relações constituem o cotidiano das organizações (OLIVEIRA, 2019). Em grande medida, o desenvolvimento destas pesquisas tem questionado o que se entende sobre diversidade organizacional e como, historicamente, seus usos têm sido instrumentalizados no sentido de não se questionar, de fato, os elementos estruturais que organizam a nossa sociedade, como o racismo (TEIXEIRA; OLIVEIRA; DINIZ; MAZZINI, 2021). Um dos principais referenciais teóricos que tem sido utilizado nesse processo são os constituídos no que se denomina de feminismo negro.

O feminismo negro se constitui como um campo científico constituído por diferentes vertentes epistemológicas e teóricas. Apesar destas diferenças, o seu objetivo é produzir um debate no qual categorias históricas de opressão e de dominação como raça, gênero, sexualidade ou classe, como exemplos, são as bases estruturais de organização social. Nesse sentido, são

diferentes caminhos e formas pelas quais essa construção ocorre tendo como horizonte outros modelos de sociedade, assim como seus processos de construção e constituição. Um destes caminhos é o desenvolvido pela pesquisadora Lélia Gonzalez que será o referencial teórico e epistemológico desta pesquisa. A autora Lélia Gonzalez foi uma filósofa e antropóloga brasileira que tinha como base de sua produção científica refletir e construir alternativas políticas que possibilitaram às mulheres, especialmente negras e indígenas, a se organizarem coletivamente e combaterem as opressões sociais que vivenciam em seu cotidiano. Ela desenvolveu vários conceitos que pudessem contribuir para as análises sociais e das organizações brasileiras.

Dentre estes conceitos desenvolvidos por Lélia Gonzalez, serão trabalhados dois nesta pesquisa: amefricanidades e o pretoguês. Gonzalez (1988, p. 23) afirma que o sistema de classificação racial o qual sustenta a nossa sociedade é o que estrutura e organiza o colonialismo em sociedades as quais foram agrupadas na denominação de América Latina. Nesta localidade, o sistema de dominação em seus diferentes espaços é o mesmo, o racismo. Por isso, aqui como Amefricanos, uma América Latina consubstanciada em África, vivenciamos a amefricanidade que, de acordo com a autora, é um termo que “nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundodessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA” (GONZALEZ, 1988, p. 26). Então, a Amefricanidade “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...] (GONZALEZ, 1988, p. 26).

Para discutir como a Amefricanidade está presente em nossa linguagem, Gonzalez (1988) desenvolve o conceito de pretoguês, sendo este a “marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha” (GONZALEZ, 1988, p. 70). Quando é pensando em linguagem a partir da língua portuguesa, considerando a Amefricanidade, o pretoguês pode ser observado nos “erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê”, por exemplo (GONZALEZ, 1988, p. 80).

Considerando que as universidades brasileiras são espaços historicamente ocupados por pessoas brancas e estruturadas para a manutenção da hegemonia branca (OLIVEIRA, 2019), como as amefricanas e amefricanos têm sobrevivido e se articulado no sentido de pensar estes espaços organizacionais a partir de suas experiências amefricanas? Será que o pretoguês é uma linguagem utilizada nesses espaços? E, sobretudo, como estas categorias analíticas nos possibilitam compreender as trajetórias de mulheres negras e homens negros nestes espaços? São estes questionamentos que esta pesquisa pretende responder para contribuir com as

discussões sobre relações raciais nos espaços organizacionais brasileiros, especialmente os acadêmicos.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é discutir como a raça influencia na trajetória acadêmica de pesquisadores negros e pesquisadoras negras em universidades públicas brasileiras. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, com sete docentes negros e negras que atuam em instituições de ensino superior brasileiras. As análises interpretativas dos resultados da pesquisa indicam que a raça influenciou a trajetória acadêmica dos docentes negros e das docentes negras nas instituições de ensino superior no Brasil ensinando a eles as linguagens do racismo e da resistência racial, sendo estas a linguagem da segregação, da fome, da luta como resistência, e do poder adquirido através do domínio da linguagem cultural do campo científico.

## **2 Feminismo negro, raça e as contribuições de Lélia Gonzalez**

Na presente pesquisa, será discutido o conceito de raça a partir do campo do feminismo negro no Brasil, tendo como referencial teórico os debates propostos por Lélia Gonzalez (1935-1994). A autora é uma intelectual e militante do movimento feminista negro, dentre eles, o Movimento Negro Unificado [MNU] e coletivo Nzinga Coletivo de Mulheres. É relevante frisar a importância da atuação de Gonzalez na luta do movimento negro brasileiro, suas obras foram escritas entre os anos de 1970 e 1980, no qual a ditadura civil militar ainda prevalecia, fato que acarretaria consequências futuras para a autora.

Para Gonzalez (2021), a raça pode ser definida como um atributo social elaborado e está relacionada ao aspecto subordinado da reprodução de classes sociais, sendo assim, as minorias raciais não se encontram fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalista são predominantes. Nesse sentido, Gonzalez (2020), ao discutir o racismo com base em Hasenbalg (1979), ressalta que o racismo e o sexismo se integram às estruturas objetivas das relações ideológicas e políticas do capitalismo. Isso permite que a reprodução de uma divisão racial ou sexual do trabalho seja explicada sem a necessidade de recorrer a preconceitos ou elementos subjetivos. Portanto, é possível afirmar que o racismo está internalizado em sua estrutura sociológica e, conseqüentemente, torna-se “normal” e reproduzido socialmente.

Gonzalez (2020) afirma que o racismo foi uma invenção do projeto de colonização, caracterizou a exploração racial a partir de quatro eixos, sendo eles **econômicos, culturais, ideológicos e psicológicos**. Os fatores históricos das relações raciais mostram como o branco

afirmou sua hegemonia às custas dos negros, ou seja, “além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador” (GONZALEZ, 2020).

Ao analisar a exploração racista pelo eixo econômico no referencial adotado, constata-se que “os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício” (GONZALEZ, 2020). Ou seja, a partir de sua vantagem no mercado de trabalho racista, a ascensão social de classes sempre beneficiará o branco. Em seguida, ao compreender o princípio exploratório cultural, o que se observa é a recorrência de uma posição de subordinação da mulher negra nos diferentes níveis da sociedade brasileira, no qual se tornou uma concepção naturalizada hegemonicamente. Todavia, em outras palavras, refere-se a uma narrativa ancorada em “[...] um racismo cultural que leva [...] a considerar natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa” (GONZALEZ, 2020). Além disso, quando se trata em se opor contra estas discriminações raciais, constantemente o negro é visto como emotivo e desestabilizado:

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados (GONZALEZ, 2020, p. 46).

Nesse contexto, diante dos eixos apresentados por Gonzalez (2020), em que o racismo está presente e se faz de forma estrutural em diferentes camadas, é possível identificar formas de resistência da população negra, como criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial em junho de 1978, no qual seu principal objetivo foi a organização de pessoas pretas para lutar contra a superexploração econômica, assim como também, contra a “mais-valia” cultural e ideológica do grupo branco dominante. Há também outros elementos que definem existências de resistências negras no Brasil, como a amefricanidade e pretuguês, conceitos estes também apresentados por Lélia Gonzalez:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 2020, p. 80).

A existência negra sendo definida mediante o pretuguês nada mais é do que uma ressignificação do falado “português brasileiro”. A proposta da autora é manifestar que a africanização ou crioulização do idioma falado no Brasil pode ser uma espécie de

empoderamento do povo brasileiro sobre a própria história preta. Na visão de Gonzalez, a mãe da criança negra é responsável por transmitir para seu filho um universo de conceitos que denominamos de linguagem, “[...] mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira.” (GONZALEZ, 2020). Uma vez que essa linguagem foi compreendida, as crianças negras personificam a cultura brasileira utilizando o pretuguês como seu idioma. E é por meio da linguagem, e do que ela transmite, que nos inserimos na esfera da cultura amefricana.

Além de introduzir a perspectiva de gênero, a amefricanidade se trata da adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de vivência preta e é resultado da combinação do caráter multirracial e pluricultural (GONZALEZ, 2020). Sendo assim, o racismo nega a amefricanidade, direcionando-se contra aqueles que a representam, a exemplo do mito da democracia racial brasileira que impacta diferentes espaços organizacionais ao produzir barreiras de entrada e de permanências de pessoas negras em seu cotidiano, como o que pode ser observado em universidades públicas brasileiras, que discutiremos na próxima seção deste trabalho.

### **3 Universidades públicas e trajetória acadêmica de pessoas negras**

Embora o número de pessoas negras nas universidades tenha aumentado na última década, o cenário ainda é de desigualdade racial. Os dados mais recentes da Sinopse Estatística da Educação Superior de 2022, apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] (2024), revelam que nas universidades federais somente 15.864 (8,45%) docentes são pretos em relação ao total de 187.872 docentes. Já nas universidades estaduais, de 42.972 docentes, apenas 8.241 (19,17%) são profissionais pretos. Por último, na rede municipal, contamos com um total de 2.820 docentes e apenas 178 (6,31%) deste número são profissionais pretos.

O Laboratório de Dados Educacionais (2024) a partir dos Microdados do Censo da Educação Superior/INEP 2019 resume que de 332.797 docentes, apenas 66.631 (20,01%) são negros em todo território nacional. Levando em consideração que 55% da população brasileira se identifica como preta ou parda, e que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2024) revelou que os indivíduos pardos representam 45,3% da população, ultrapassando o número de brancos pela primeira vez desde o censo inaugural do país em 1872, é notável que o quadro atual de docentes ainda não alcançou uma posição de menor desigualdade, mesmo

percebendo que os indivíduos, providos de um maior letramento racial, estão tendo orgulho em se reconhecerem como negros.

Em 2014, a Lei 12.990, estabeleceu que 20% das vagas disputadas em concursos públicos federais deveriam ser reservadas para candidatos autodeclarados pretos ou pardos. Porém, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2024) afirmam que o índice não foi respeitado e que entre 2014 e 2019, das 18 mil vagas ofertadas nas instituições, apenas um pouco mais de 5% foram exclusivas para docentes negros. Então, a questão que se coloca é como docentes negras e negros tem vivenciado essa situação em seu cotidiano de trabalho, que discutimos nesse trabalho.

#### **4 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa qualitativa (MINAYO, 2009) foi realizada em universidades públicas brasileiras a partir de entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2009), realizadas com docentes negras e negros que atuam nestas organizações. Considerando as universidades como espaços organizacionais e de reprodução de modos de organização colonial, estas podem ajudar a compreender a resistência colonial discutida por Gonzalez (1988) na compreensão da Amefricanidade e do pretoguês.

Para ter acesso aos e as participantes da pesquisa foi encaminhado mensagem eletrônica para grupos e núcleos de estudos sobre relações raciais e negritude de seis instituições públicas de ensino superior brasileiras, sendo elas das cinco regiões geográficas do país. Por questões éticas e de manutenção do anonimato das e dos participantes do estudo não serão identificadas quais foram essas instituições. As e os participantes da pesquisa manifestaram aceite em participar da pesquisa e concordância em relação a utilização dos dados para esse estudo, de acordo com as orientações étnicas de realização de pesquisas qualitativas.

As entrevistas ocorreram durante o período de dois meses no ano civil de 2024 e foram conduzidas remotamente, por meio da plataforma Google Meet. O intuito das entrevistas foi identificar padrões e particularidades nas narrativas dos entrevistados sobre suas trajetórias acadêmicas. Todas e todos os participantes do estudo se identificaram como pessoas negras, sendo cinco mulheres cis e dois homens cis, sendo um deles homossexual. As entrevistas duraram em média uma hora. O processo de heteroidentificação racial das pessoas entrevistadas ocorreu por meio de sua autodefinição como pessoa negra, assim como o reconhecimento da

entrevistadora destas pessoas como pertencentes a esse grupo racial. A tabela 1 apresenta elementos de caracterização das pessoas participantes do estudo.

**Tabela 1 – Docentes negras e negros participantes da pesquisa**

| Identificação  | Região geográfica de residência |
|----------------|---------------------------------|
| Entrevistada 1 | Sudeste                         |
| Entrevistada 2 | Sul                             |
| Entrevistado 3 | Centro-oeste                    |
| Entrevistada 4 | Nordeste                        |
| Entrevistada 5 | Sudeste                         |
| Entrevistada 6 | Nordeste                        |
| Entrevistada 7 | Sul                             |

**Fonte:** Autoria própria (2024).

O roteiro de entrevistas foi composto por dez perguntas e foram organizadas a partir dos eixos temáticos trajetória de vida, trajetória profissional e uso da linguagem acadêmica e amefricana. Os resultados da pesquisa foram analisados interpretativamente em relação às categorias teóricas do estudo. Essas análises são apresentadas na próxima seção deste trabalho.

## **5 As influências das desigualdades financeiras na trajetória acadêmica de docentes negros e negras nas instituições de ensino no Brasil**

Dois docentes relataram que vieram de famílias com poucos recursos financeiros, no qual enfrentaram dificuldades durante a infância e adolescência, o que impactou na ausência de oportunidades educacionais e de desenvolvimento profissional. Também foi mencionada pelas e pelos participantes do estudo que tiveram que trabalhar desde a infância/adolescência para ajudar a família, conciliando a escola e o trabalho, o que muitas vezes limitou as realizações acadêmicas e exigiu esforço extra para manter o foco nos estudos, como por exemplo pode-se identificar no registro de fala a seguir:

Então, assim, eu lembro várias vezes de estar com fome. Eu não conseguia comprar comida na Universidade porque eu não tinha dinheiro. Lembro de assistir várias aulas com fome e ter que comer quando chegasse em casa, depois de todas as aulas à noite. (5º entrevistado).

Esse processo resultou na necessidade das pessoas entrevistadas de desenvolverem estratégias de resistência frente as adversidades. Além disso, foi possível identificar que a trajetória docente das entrevistadas e dos entrevistados é marcada pela resiliência e luta racial. Desde o início de suas carreiras, as e os docentes relataram que a percepção de sua identidade negra se tornou central em suas trajetórias. Também destacaram a sensação de estarem

constantemente sendo questionados ou testados por seus discentes, pois, a presença de um docente negro ou uma docente negra quebra narrativas pré-estabelecidas sobre os educadores no ambiente acadêmico terem que ser brancos. Esse contexto aponta um desafio de validação constante das habilidades e conhecimentos, particularmente para docentes negros e negras, que muitas vezes são vistos como exceções. Os e as docentes também narram como os processos institucionais são racializados na academia, pois é uma trajetória marcada por dificuldades desde a entrada na universidade, em virtude da falta de políticas de promoção de equidade racial. Sobre esses aspectos, é possível observar essa dinâmica a partir da seguinte fala de dois entrevistados:

Eu acho que foi recentemente antes da pandemia que a gente teve que fazer uma política antirracista na universidade. A Universidade estava burlando os concursos, sabe? Quando tinha concurso, vamos supor que tinha três vagas para o curso de matemática, eles só disponibilizavam duas vagas e depois disponibilizavam somente uma. Consequentemente, nunca colocavam o número de vagas total para destinar os 20% das cotas, e aí nunca contratavam professor negro ou professor preto. Isso é desgastante tudo. (1ª entrevistado).

A trajetória docente das entrevistadas negras e dos entrevistados negros é profundamente marcada por desafios relacionados à sua identidade racial. A resiliência e a luta contra o racismo emergem como elementos centrais em suas carreiras. É também evidente a racialização dos processos institucionais na academia, destacando as dificuldades enfrentadas pelos docentes negros, como a ausência de cotas em concursos públicos e a falta de efetividade no cumprimento da reserva de vagas para a contratação de professores negros, ou seja, para esses docentes, a carreira acadêmica é uma jornada de resistência.

Em relação a articulação com a linguagem acadêmica e a formação da linguagem amefricana, ao abordar a questão “Como foi para você se articular com a linguagem acadêmica?”, as docentes e os docentes participantes da pesquisa relataram a linguagem como uma ferramenta de poder, enfatizando que a familiaridade com a linguagem acadêmica é essencial para acessar espaços desejados. As amefricanidades se caracterizam nesse contexto pela resistência e pelo embate com processos institucionais nas universidades que, por meio de diferentes estratégias, tenta impedir o acesso de pessoas negras em seus quadros docentes. Foi enfatizado que a linguagem acadêmica muda o vocabulário e o modo de pensar, indicando que há um processo contínuo de crescimento:

Para mim, a linguagem é poder. Eu percebi isso muito cedo, logo, eu quis dominar ela. Eu quis ter acesso a ela. Quando eu percebi que linguagem e língua era poder, eu quis me apropriar dela, porque eu sabia que eu precisava dela para entrar nos espaços que eu sempre desejei. (3º entrevistado).

A construção do pretoguês acadêmico foi compreendida como um processo de formação de uma linguagem que emerge das experiências e resistências das docentes negras e dos

docentes negros em um contexto adverso. É possível analisar que a linguagem ensinada nesse processo de construção ao pretoguês acadêmico é a linguagem da fome, da segregação, da resistência e da luta e do poder adquirido através do domínio da linguagem cultural. São estas linguagens que constituem as amefricanidades de docentes negras e negros nas universidades nas quais as e os participantes deste estudo desenvolvem suas atividades.

## 8 Conclusões

Como contribuição ao campo científico, esse estudo identificou como a raça influenciou a trajetória acadêmica de docentes negras e negros em universidades públicas brasileiras. As linguagens identificadas como constituintes das amefricanidades das e dos participantes desse estudo foram do racismo e da resistência racial, sendo estas a linguagem da segregação, da fome, da luta como resistência e do poder adquirido através do domínio da linguagem cultural do campo científico.

A linguagem da fome refere-se às experiências de escassez e privação material que as e os docentes enfrentam em suas trajetórias. Essa linguagem se manifesta nas narrativas pessoais, com a falta de recursos financeiros durante a formação acadêmica. A linguagem da segregação está relacionada as barreiras enfrentadas por docentes negros e negras, como a discriminação nos processos de seleção e a falta de políticas afirmativas em períodos anteriores, expressando, assim, a experiência de marginalização e luta para serem reconhecidos em um ambiente acadêmico predominantemente branco.

Já a linguagem da luta como resistência enfatiza a resiliência dos docentes em face da adversidade, em termos de resistir a discriminação racial e se afirmarem como intelectuais negros em um espaço que historicamente os excluiu. A resistência é uma linguagem que comunica a persistência, a força e a resiliência necessária para sobreviver no ambiente acadêmico. Em relação a linguagem do poder é o domínio da linguagem acadêmica que se torna uma ferramenta de poder para as e os participantes do estudo, pois, para muitos desses docentes, dominar a linguagem acadêmica foi uma estratégia consciente para acessar e se afirmar nos espaços de poder. É importante frisar que domínio da linguagem acadêmica não se constitui como proteção em questões de racismo no qual instituições acadêmicas pregam uma linguagem de segregação contínua. Manter a segregação de vagas em diferentes editais é uma forma de reprodução da segregação racial em instituições de ensino.

Essas linguagens mencionadas foram as que fizeram parte da construção do pretoguês acadêmico, que não apenas se diferencia do discurso acadêmico tradicional, mas também o

desafia e o enriquece com perspectivas críticas e experiências de vida que foram historicamente marginalizadas.

## Referências

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, 1988, p. 69-82.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em 19 de setembro de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. [INEP]. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022** Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopsesestatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 27/05/2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS [IPEA]. **Universidades reservaram apenas 3,18% de vagas a negros para docentes**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11456-universidades-reservaram-apenas-3-18-de-vagas-a-negros-para-docentes?highlight=WyJiYXBpII0=>. Acessado em 19 de setembro de 2024.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. **Plataforma de Dados Educacionais sobre a Educação Superior 2022**. Curitiba. Disponível em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/plataforma/indicadores/docentes-superior>>. Acesso em: 27/05/2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, J. S. Etnografia como um processo de (re)educação de subjetividades: feminismos negros e a aprendizagem etnográfica com Neusa Cavedon. **FAROL - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, p. 810-835, 2019.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S.; DINIZ, A. P.; MARCONDES, M. M. Inclusão e diversidade na administração: manifesta para o futuro-presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, p. 1-11, 2021.